

A redenção do Brasil

É o Projeto Carajás que poderá dar lucros ao Brasil suficientes para saldar a dívida externa, assim que for inteiramente implantado. A afirmação foi do presidente Figueiredo, que lá esteve ontem, antes de ir a Belém, para a reunião dos países amazônicos.

O presidente João Baptista Figueiredo ficou tão bem impressionado, ontem, ao visitar o Projeto Carajás, que prometeu voltar para conhecê-lo melhor. Entusiasmado, ele afirmou que lá "está a redenção do Brasil", pois, assim que o projeto for implantado completamente, será possível saldar a dívida externa do Brasil.

Em Marabá, onde o Boeing presidencial pousou para o presidente trocar de avião e seguir com destino à Serra Norte, para ver o campo de garimpo e o Projeto Carajás, havia 20 garimpeiros à sua espera. Eles disseram estar muito preocupados com a possibilidade de o garimpo na região de Serra Pelada ser aberto, atraindo milhares de novos garimpeiros e contrabandistas.

— Aquilo lá é de vocês. Lá ninguém põe a mão. Para contrabandistas, eu tenho é cadeia — respondeu Figueiredo.

A pesar de ter insistido em pousar no garimpo, não foi possível atender ao pedido do presidente. O campo de Serra Pelada tem apenas 520 metros de extensão, muito pouco para o Búfalo da FAB em que viajava. Assim, ele só pôde ver o garimpo do ar, mas enviou uma mensagem pelo rádio ao coordenador do projeto:

— Podem esperar por mim. Virei apertar a mão de vocês todos, aqui, mesmo no garimpo. Fiquei entusiasmado com a coragem de vocês e com o exemplo de trabalho e respeito aos direitos uns dos outros que vocês estão dando ao Brasil. Esperem minha visita o mais breve possível.

Carajás

Em Carajás, Figueiredo ficou durante uma hora e 45 minutos, tempo suficiente para ouvir uma exposição sobre o projeto feita pelo presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Eliezer Batista. Depois, na companhia dos ministros César Cals, Danilo Venturini e Octávio Medeiros, sobrevoou o projeto num helicóptero.

Quando afirmou que em Carajás, está a "redenção do Brasil", Figueiredo lembrou que serão necessários 30 bilhões de dólares para a implantação. Um jornalista perguntou:

— Quando o senhor pretende conseguir esse dinheiro?

— Se pudesse, hoje.

— Onde? — Insistiu o repórter.

— Isso é pergunta que se faça? — disse o presidente.

Os primeiros manifestantes começaram a chegar por volta das 14 horas, já tendo enfrentado o forte esquema de segurança que incluía soldados da PM, da Marinha, Exército, agentes do Dops e da Polícia Federal. O próprio comandante da operação, coronel Jorge Areas Franco, chefe do Estado Maior da 8ª Região Militar, se encarregou de apreender pessoalmente algumas das 20 faixas com apelos dos populares para poderem permanecer onde moram.

Carta

Uma representante da comissão de bairros, Nilza Souza, tentou entregar uma carta a Figueiredo, mas o coronel Jorge Areas Franco impediu-a, oferecendo-se para levar o documento. Ela não concordou e disse que Figueiredo precisa apelar à Aeronáutica para que não continue a destruir casas, sem permitir "que a gente coloque sequer um prego em nossas residências".

Depois que o presidente entrou no Teatro da Paz, os manifestantes começaram a gritar palavras de ordem. Um pelotão da PM começou a empurrá-los para trás. Então, as prisões tiveram início. Os primeiros a serem detidos foram o dirigente de uma das comissões de bairro, Ribamar Santos, e o padre colombiano Bernardo Hoyos.

De Marabá, Figueiredo foi a Belém, onde chegou às 13 horas. Seu primeiro problema foi com relação à briga pelo domínio do PDS no Pará, entre o governador Alacid Nunes e o senador Jarbas Passarinho. Nada de oficial foi revelado do encontro reservado que o presidente manteve com os dois políticos. No entanto, partidários de Passarinho garantiram que Figueiredo alertou asperamente o governador para não perseguir o senador, enquanto políticos da ala de Alacid Nunes diziam que Figueiredo apenas pediu para que ambos se entendessem.

Tumulto

Figueiredo foi a Belém especialmente para presidir o encerramento do encontro que instalou o Tratado Amazônico, com a divulgação da "Carta de Belém". Mas sua chegada ao Teatro da Paz, às 15h30, foi acompanhada por apreensão de dezenas de faixas, agressão a um jornalista por um delegado do Dops e a prisão de 12 pessoas, inclusive um padre.

A manifestação diante do Palácio da Paz teve a presença de cerca de duas mil pessoas, a maioria composta por moradores dos subúrbios de Belém e dirigentes de comissão de bairros. Há tempos que desenvolvem uma campanha pelo direito de continuarem residindo numa área do bairro Sacramento, doada pela prefeitura à Aeronáutica, que agora quer retirá-los de lá.

Há algum tempo que a atuação do religioso tem sido acompanhada pelos órgãos de segurança, pois ele trabalha nos subúrbios de Belém, apoiando as reivindicações populares, principalmente a campanha da casa própria. O padre e Ribamar Santos foram levados aos empurrões e jogados dentro de um camburão. O fotógrafo Wagner Bill, do jornal O Estado do Pará, fotografou a cena e levou um soco do delegado Luís Carlos de Carvalho, do Dops paraense. Foram detidos também um psicólogo, estudantes e alguns moradores. Depois de prestarem declarações no Dops, todos foram liberados.



A cerimônia, no Teatro da Paz.

Figueiredo: "Isso é pergunta que se faça?"

"A Declaração de Belém, roteiro de ação do Tratado de Cooperação Amazônica, que vem de ser firmada, inspira-se em duas idéias centrais. A primeira é a vocação da Amazônia para unir os países da América Latina entre si e com as demais nações do mundo tropical.

A segunda é a fé em nossa capacidade de desenvolver esta área e de transformar em realidade o potencial das terras do sem-fim de Cobra Norato: os 7 milhões de quilômetros quadrados do subcontinente amazônico. E suas águas do sem-fim: mais de um quinto da água doce da superfície do globo.

Não faz muito tempo, as crianças ainda aprendiam que os rios amazônicos de planície nada tinham a oferecer em matéria de energia.

Que os solos eram, aqui, uniformemente pobres.

O ecossistema, demasiado frágil.

A agricultura regular, impossível.

E que não havia lugar, na geologia sedimentar da Amazônia, para províncias minerais importantes.

Tudo isso haveria de ser desmentido e afirmado pela presença do homem, animado da vontade e do espírito de aventura e pioneirismo. Caudais volumosos transformados em realizações tangíveis de geração de energia, como em Tucuruí.

Outros, como o Tocantins-Araguaia, o Xingu, o Tapajós, os cursos dos contrafortes andinos, aguardam seu encontro com o engenho dos homens e com a história.

Colonização

A experiência de colonização espontânea de Rondônia fez brotar cidades do que era nada. Por lá vicejam, agora, — ao lado do cacau, da seringueira, do guaraná, da pimenta e do café — culturas de cereais, de soja e de cana-de-açúcar.

Na região, afinal, encontraram-se minerais sem conta.

Aqui, a cassiterita; ali, a bauxita; mais além, o ferro, o manganês, o níquel, o cobre, o ouro. Por todos os lados a terra abre o seio generoso que abrigou riquezas não sonhadas pelos que penetraram a floresta e desvendaram seus mistérios.

A própria crise energética abre à Amazônia perspectivas de novas riquezas. Destas terras surge o petróleo que revoluciona a economia dos países que o possuem.

E, à medida que se esgota a energia fóssil, a Amazônia oferece fontes literalmente inesgotáveis de biomassa. Ou seja, de conversão da energia solar em combustíveis, através da fotossíntese.

Alcool, metanol, óleos vegetais e outros sucedâneos do petróleo podem ser aqui obtidos, hoje, a custos compensadores.

A verdade é que o agricultor simples e corajoso, o trabalhador que povoa a Amazônia, demonstra com a linguagem dos fatos e a eloquência do trabalho realizador aquilo que teve a oportunidade de dizer em Manaus em outubro de 1978:

Ecologia

"Não considero necessário sacrificar nossa reserva florestal para fazer agricultura e pecuária. Nem admito que o progresso seja feito a custo do esmagamento do nosso ecossistema, do equilíbrio natural que Deus decretou para este pedaço majestoso do mundo. Nosso desenvolvimento deverá ser realizado com o mínimo irredutível de ofensa à natureza."

Nesse sentido, o governo brasileiro está ultimando a legislação que definirá uma política florestal para a Amazônia brasileira. O objetivo dessa política é harmonizar a utilização das potencialidades econômicas da região com a preservação dos seus recursos naturais.

Senhores chanceleres, excelências: Nesta cidade do Belém do Pará, juntamos o mundo amazônico e o mundo atlântico. Há quase 350 anos, o capitão-mor Pedro Teixeira daqui partiu para refazer — em sentido inverso, até os Andes — o percurso da trágica expedição de Francisco Orellana.

Depois, foram as expedições missioná-

Figueiredo: uma ciência para a Amazônia.

Para o presidente, só os países da região poderão desenvolvê-la.

rias, junto com os que buscavam o sertão e os altos rios. Lá ponteeava a árvore da borracha. E, ao lado da fera lá espresita, a doença e a morte.

Mas foi assim que surgiram e cresceram Belém, Manaus e Iquitos, centros do ciclo da borracha, mas centros de civilização continente adentro.

Este mesmo Teatro da Paz, de nome tão sugestivo, moldura majestosa de nossa conferência, data do século XIX. Os templos, os fortes e os palácios de Belém são testemunhas da beleza de um passado glorioso e próspero — mas efêmero.

Vivida e aprendida essa lição, não nos basta hoje reeditar surtos econômicos dependentes do extrativismo e das oscilações dos mercados externos.

Desenvolvimento

O que buscamos é promover o desenvolvimento da região. Harmonioso. Pleno. Auto-sustentável. Integrado ao processo global de expansão das economias nacionais de cada um dos nossos países.

Esse, o nosso esforço. Isso procuramos tornar realidade no Brasil.

Adotamos uma política de incentivos fiscais destinada a acelerar o desenvolvimento da Amazônia.

Promovemos a abertura de estradas. Cada uma delas estende-se por milhares de quilômetros e oferece à agropecuária milhares de hectares de terras novas.

Ativamos o programa de polos de desenvolvimento. A ação das agências de desenvolvimento regional, como a Sudam, a Suframa, o Banco da Amazônia, resultou em 500 projetos em execução, na indústria, na agricultura e na pecuária.

Confiança na Amazônia é, portanto, antes de tudo, confiança em nós mesmos.

Assumimos a nossa condição de habitantes do mundo tropical. Quer dizer: vamos transformá-lo em ambiente propício à plena realização do homem.

No norte da América do Sul, entre a Bolívia, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Peru, o Suriname, a Venezuela e o Brasil, o denominador comum é a Amazônia.

Não podemos deixar desaproveitado esse imenso elemento de aproximação diplomática e catalisador de interesses e problemas comuns.

Para esse fim, temos de criar a ciência e desenvolver a tecnologia adequada às condições climáticas, do solo e da ecologia, no trópico úmido e ao longo da linha do Equador.

Só nós, os países amazônicos, poderemos fazê-lo. Sem desprezar a cooperação de cientistas de outras latitudes, temos de reconhecer que a experiência é aqui. As nações desenvolvidas não têm lições a dar-nos em matéria tropical.

Trabalhos

Temos de inventar e aperfeiçoar, como já estamos fazendo, técnicas e métodos de baixo custo, nascidos da própria realidade regional. Sem sofisticadas mítiés. Utilizando matérias-primas locais. Mas, sobretudo, com uso intensivo de nosso recurso mais abundante: o trabalho criador de nossa gente.

Assim, estaremos assegurando a elevação do nível e da qualidade de vida de nossos povos e construindo sociedades prósperas e avançadas.

Assim, só assim, criaremos condições para suprimir a miséria e a doença. Para gerar conhecimentos e recursos capazes de proteger o meio-ambiente. Não pela renúncia à ação. Mas por meio da atividade planejada e racional.

Como tive ocasião de dizer em agosto de 1978, aqui mesmo, em Belém:

"Rica e selvagem, quão bela e frágil, a Amazônia não é só uma enorme extensão de terra a cultivar e a dividir. Essa é uma visão materialista da região..." que obviamente nossos países também não podem aceitar.

Entre a centena e meia de nações que conformam o universo do subdesenvolvimento, uma nítida maioria situa-se na faixa tropical. Esses países poderão beneficiar-se da criação de energia a partir da biomassa; da produção intensiva de alimentos; dos sistemas de saúde pública e medicina tropical testados na Amazônia.

Deles teremos, também, muito a receber.

Esse tipo de colaboração é essencial para que os grandes problemas do nosso tempo encontrem soluções adequadas.

Reconhecemos como indispensável, porém, que os países favorecidos pela concentração do poder político e econômico se disponham a desempenhar a parte que lhes toca.

Deles depende, e não de nós, reduzir-se as tensões conseqüentes a estereótipos competitivos hegemônicos. Inverter a direção da corrida armamentista. Aceitar regras de comércio que tornem possível o desenvolvimento da grande maioria da humanidade.

Surdez

Não obstante a persistente surdez dos países industrializados, continuaremos serenamente a erguer nossa voz, a formular propostas construtivas de diálogo.

Ao mesmo tempo, na esfera a nosso alcance, trabalharemos para que se transforme em realidade o ideal de intensificar a cooperação entre países em desenvolvimento.

Nesse domínio, o Brasil tem feito o que lhe compete, com palavras, e sobretudo, com ações.

Refutamos, na prática, a teoria da impossibilidade de complementação econômica entre os subdesenvolvidos. Hoje, cerca de 20 por cento do total do comércio internacional brasileiro é feito com parceiros em desenvolvimento.

Senhores chanceleres, excelências: Por feliz coincidência, a primeira reunião dos chanceleres amazônicos se encerra no próprio Dia das Nações Unidas. É como se desejássemos simbolizar a união de esforços nacionais, parte inseparável do processo de cooperação regional aqui instaurado.

A declaração de Belém, hoje assinada, permite-nos também comemorar, de forma solene, o 35º aniversário da entrada em vigor da Carta de São Francisco. Por seus propósitos e princípios, ela é o documento básico da comunidade mundial, neste século XX.

Esforço

O Tratado de Cooperação Amazônica, que ora inicia sua fase operacional, inscreve-se nesse mesmo esforço transformador da convivência internacional.

Por todos esses motivos, reitero a vossas excelências, senhores chanceleres, os agradecimentos do governo brasileiro e do povo desta região pela honrosa presença e brilhante participação com que nos distinguiram na reunião.

Desejo agradecer de modo especial as amáveis palavras com que o senhor ministro das Relações Exteriores da Colômbia, senador Diego Uribe Vargas, em nome próprio e no dos outros ilustres chanceleres que nos visitam, me saudou tão cordalmente.

Solicito a vossas excelências que se façam intérpretes dos meus anseios pela crescente prosperidade da Bolívia, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela. Peço-lhes transmitir em vosso nome a minha felicidade pessoal de seus chefes de Estado.

Ao finalizar, quero renovar minha confiança de que, unidos e solidários, avançaremos melhor e mais rapidamente em benefício de todos os povos irmanados na própria idéia da Amazônia".

Desenvolver (sem destruir) a Amazônia

A Carta de Belém, assinada por oito países, é um pacto de cooperação e respeito à floresta.

O desenvolvimento da Amazônia e a preservação do seu meio ambiente "são inseparáveis e constituem exclusiva responsabilidade dos países amazônicos, a ela devendo-se harmonizar as demais modalidades de colaboração internacional". A partir dessa constatação, contida no preâmbulo da "Carta de Belém", o mais importante produto de dois dias de reunião, os chanceleres da Amazônia declaram que o pacto que firmaram busca o uso pleno do direito à soberania na região, "patrimônio e garantia do desenvolvimento dos territórios dos países da Amazônia". Estes são os principais trechos do documento:

"Os ministros das Relações Exteriores da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela, reunidos em Belém, nos dias 23 e 24 de outubro de 1980, para realizar a primeira conferência dos ministros das Relações Exteriores dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, de acordo com seu artigo XX, parágrafo segundo, decidiram promover e facilitar, em âmbito interno e através da cooperação amazônica, o desenvolvimento econômico e social de seus territórios amazônicos nacionais, a fim de assegurar sua efetiva integração às respectivas economias.

"Convencidos de que, ao lado das metas específicas na área geográfica de sua aplicação, o tratado de cooperação amazônica contribui com uma dimensão nova ao processo de integração latino-americana e reafirma a necessidade insubstituível de cooperação entre os países em desenvolvimento. Declaram:

"A cooperação estará orientada no sentido de elevar o nível de vida dos países signatários do tratado e concederá atenção prioritária aos interesses e necessidades de suas povoações amazônicas, a fim de conseguir a plena integração das mesmas aos processos nacionais de desenvolvimento, cuidando da preservação de seus valores culturais e sociais.

"A população indígena autóctone constitui elemento essencial da Amazônia e é fonte de conhecimentos e hábitos que servem como base da cultura e economia locais, sendo, portanto, merecedora de particular atenção no planejamento atual e futuro da região amazônica de cada país.

"O desenvolvimento das potencialidades econômicas dos territórios amazônicos de cada um dos países e a preservação de seu meio-ambiente, são objetivos integrados que se favorecem e reforçam indissolvemente.

Com essa finalidade, os países amazônicos, guiados por seu interesse direto e legítimo em proteger eficazmente a extraordinária riqueza e variedade da flora e da fauna da região, procurando promover, como já o vem fazendo, a criação de parques nacionais e outras unidades de conservação, de acordo com as recomendações de estudos científicos sobre ecossistemas integrais. Nesse sentido, depois de um período adequado para estudo e consideração, espera-se que a Guiana e o Suriname considerem possível sua adesão ao Comitê Intergovernamental Técnico de Proteção e Defesa da Fauna e da Flora Amazônicas, criado em 1975, e formado até agora pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

"O uso e aproveitamento de todos os recursos naturais da Amazônia é direito soberano e exclusivo de cada um dos Estados nele situados; portanto resultam inacei-

táveis as iniciativas que tendem a levantar dúvidas sobre a soberania dos Estados situados em zonas tropicais quanto à utilização e conservação dos seus recursos florestais.

Uma das mais altas prioridades do tratado será outorgada à cooperação no campo da pesquisa, especialmente ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia adequadas às condições tropicais. Promover-se-á de maneira especial o intercâmbio de informações com áreas similares da África e da Ásia.

"Assim como no passado, o sistema fluvial amazônico poderá representar, no futuro, de forma mais efetiva, um papel comparável ao das redes de rios e canais em outros continentes, como fator de vinculação entre os países amazônicos. Para tal fim, o Conselho de Cooperação Amazônica empreenderá um estudo sistemático e completo do potencial desses rios, de sua íntima interação com os demais componentes do complexo geográfico amazônico, da necessidade de instalações portuárias, da demarcação e correção de cursos.

A fim de promover o melhor conhecimento e despertar a consciência da necessidade da cooperação entre os povos dos países amazônicos, o Conselho de Cooperação Amazônica preparará propostas orientadas a estimular o intercâmbio do fluxo turístico entre eles.

"(...) Estimular-se-á a estabelecer centros de países-mem... a estabelecer centros ou matérias de estudos amazônicos, como já existem em algumas, e a promover a intensificação de contatos entre esses centros de estudos, professores, pesquisadores, artistas, intercâmbio de bolsistas e divulgação de publicações sobre temas amazônicos."



As duas primeiras prisões (atrás, o padre).

A resposta do Pacto aos países ricos: soberania.

Os chanceleres dos países signatários do Pacto Amazônico e o presidente Figueiredo fizeram candentes discursos em Belém, defendendo a autonomia e a maturidade da América Latina para promover o desenvolvimento da região amazônica.

Soberania, maturidade e autonomia foram denominadores comuns dos pronunciamentos dos chanceleres dos oito países latino-americanos que subscreveram o Tratado de Cooperação Amazônica, da Declaração de Belém e do presidente João Baptista Figueiredo, que discursou na solenidade de encerramento da primeira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores, realizada ontem, no Teatro da Paz, em Belém.

A coincidência não é casual. Assesores diplomáticos ressaltaram durante as sessões plenárias que esse encontro será importante como uma resposta dos países latino-americanos a uma tentativa de apossamento, primeiramente científico e tecnológico e em seguida econômico, da imensa área amazônica — sete milhões de quilômetros quadrados de abundantes recursos naturais.

"Desenvolver a Amazônia, tornando-a uma grande zona de progresso, é essencialmente o nosso objetivo" — disse o senador Diego Uribe Vargas, chanceler da Colômbia, no discurso de improviso pronunciado ontem. "Devemos realizar esse processo sem permitir exigências ou interferências indevidas de outros países."

Na mesma direção seguiu o presidente Figueiredo em seu discurso. Só os países amazônicos — afirmou o presidente — podem criar a ciência e desenvolver a tecnologia adequada às condições regionais. "Sem desprezar a cooperação de cientistas de outras latitudes, temos de reconhecer que a experiência é aqui. As nações desenvolvidas não têm lições a dar-nos em matéria tropical."

Por isso, Figueiredo defendeu a intensificação da colaboração entre os países subdesenvolvidos, que constituem a maioria das nações situadas na faixa tropical, embora reconhecendo como indispensável a participação dos "países favorecidos pela concentração do poder político e econômico".

O discurso presidencial, nesse momento, assumiu uma ênfase maior: disse o general Figueiredo que só dos países desenvolvidos depende a redução das tensões entre as duas partes em que se divide economicamente o planeta. O presidente, contudo, denunciou "a persistente surdez dos países industrializados", o que, segundo ele, não destimulará as buscas de cooperação entre os países em desenvolvimento.

Assesores diplomáticos e funcionários graduados do governo, que participaram do encontro de chanceleres, alertaram para a importância política dessas diretrizes, formalizadas na "Carta de Belém", e já haviam advertido os jornalistas para não esperarem nada de concreto e operacional da reunião, cuja programação social, cumprida durante boa parte dos dois dias — destacou-se das sessões plenárias, reduzidas e rápidas. De prático, apenas as decisões de escolher Lima, a capital do Peru, para sediar a primeira reunião da comissão de alto nível, de caráter executivo, em data ainda não marcada, e o próximo encontro de chanceleres, na Colômbia.

Resposta

A médio prazo, porém, os diplomatas esperam que a "Carta de Belém" sirva como uma resposta à comunidade científica e aos centros de criação de tecnologia instalados fora da América Latina. Dessas duas fontes, frequentemente identificadas também com governos estrangeiros, têm partido duras críticas à forma de colonização e ocupação das áreas amazônicas, da maneira como ela vem sendo posta em prática pelos governos da região, destacadamente o Brasil. Também esses centros vêm tentando impor aos governos locais um "modelo" de ocupação e de visão da Amazônia.

"Não podemos admitir — disse, enfático, o chanceler colombiano — que a Amazônia se converta em um depósito de possibilidades para as gerações futuras ou em um museu para a ciência. Ela é um potencial dos nossos países e deve servir ao desenvolvimento dos nossos povos."

Os governos da região parecem haver descoberto — observou Diego Uribe — que "formam parte de uma região que constitui uma dimensão nova, capaz de viabilizar seu desenvolvimento acelerado". Se em torno desse ponto convergem automaticamente todos os oito países integrantes do pacto, há, porém, algumas diferenças, nem sempre apenas formais e sutis, em relação a temas acessórios. Colômbia e Venezuela, por exemplo, foram mais prudentes na sua interpretação da ecologia amazônica, aceitando a tese de que ela é realmente um pulmão de oxigênio para o mundo. Dois cientistas norte-americanos, Howard Irwin e Robert Goodland — anatematizados no Brasil, chegaram a ser citados pelo chanceler venezuelano.

Os maiores inconvenientes de ordem conjuntural, porém, correm por conta da presença do representante do novo governo boliviano, ainda não reconhecido por parte dos países do pacto amazônico. O Itamaraty procurou constantemente dar maior atenção ao chanceler Cerruto Calderon, responsável, juntamente com seu colega brasileiro, pela redação da "Carta de Belém" e que, estranhamente, também falou na solenidade final (quando estava prevista apenas a manifestação do ministro colombiano). Mas Cerruto, intimidado por uma imprensa preocupada com as acusações de vinculação do novo governo com o tráfico internacional de cocaína e nem sempre bem recebido por outros diplomatas, pouco apareceu.

Por isso, parecia ter enderço certo a advertência do ministro colombiano, que, no discurso de ontem, alertava para a necessidade de um "sopro popular" nos planos de desenvolvimento, "a fim de torná-los coisa factível" e evitar que o pacto se torne "uma aliança meio esotérica de técnicos". É o que tem sido até agora.